

20 DE NOVEMBRO

DIA NACIONAL DE ZUMBI E DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Juiz de Fora
Prefeitura



MACHADO DE ASSIS

(1839–1908)



Joaquim Maria Machado de Assis foi um homem pardo, nascido no Morro do Livramento, Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839, filho de uma lavadeira de origem portuguesa e de um homem forro. Sem recursos para estudar, mas apaixonado por livros, Machado trabalhou em tipografias e livrarias e foi um autodidata. Ele é considerado o precursor do realismo na literatura brasileira, iniciado com a obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, cuja primeira publicação foi realizada em partes na “Revista Brasileira”, entre março e dezembro de 1880. Machado de Assis foi funcionário público, atuando no Ministério da Agricultura, das Obras Públicas e do Comércio; foi poeta, romancista, cronista, dramaturgo, contista, folhetinista, jornalista e crítico literário. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908. Machado de Assis retratou como poucos o cotidiano da sociedade brasileira de seu tempo. Ele é considerado um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

PARA SABER MAIS:

Machado de Assis: um mestre na periferia - vida e a obra literária de Machado de Assis, um dos mais importantes escritores da língua portuguesa, são mostradas com imagens de época, filmes de suas obras e análises de professores e críticos literários brasileiros.

<https://www.youtube.com/watch?v=M9uArkiTaAM>

Chalhoub, Sidney. Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ANTONIETA DE BARROS

(1901–1952)

Nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, capital do estado. Filha de Catarina de Barros e de Rodolfo de Barros. Permaneceu solteira. A família era muito pobre e quando Antonieta ainda era criança o pai faleceu. Assim, ela foi criada pela mãe que trabalhava como lavadeira.



Alfabetizada aos 5 anos, concluiu os estudos primários (atual Ensino Fundamental) na Escola Lauro Müller e, aos 17 anos, ingressou na Escola Normal Catarinense - atual Instituto Estadual de Educação, onde realizou curso equivalente ao Ensino Médio. Ela foi a primeira da família a ter o ciclo escolar completo.

Em 1922, aos 21 anos de idade, ela fundou o Curso Particular Antonieta de Barros que era destinado à alfabetização. Dirigiu essa formação até o ano de sua morte em 1952.

Desde o início conviveu com diversos desafios e preconceitos raciais, de classe social e de gênero. O objetivo de ser professora foi alcançado, sendo considerada uma das melhores educadoras do seu tempo, especialmente na educação de jovens catarinenses.

Além da carreira no magistério, atuou como escritora, jornalista e representante política reconhecida.

Antonietta teve destaque pela sua dedicação aos estudos, pela coragem de expressar suas ideias, por ter conquistado um espaço na imprensa e, opinar sobre as mais diversas questões, e principalmente por ter lutado pelos menos favorecidos e pela educação. Todas essas lutas travadas em uma época que as mulheres não tinham liberdade de expressão e nem o direito ao voto.

O direito das mulheres ao voto foi concedido em 1932, Decreto 21.076, que criou a Justiça Eleitoral, na presidência de Getúlio Vargas. O movimento pelo voto feminino vem desde o movimento sufragista no século XXI e no início do século XX.

Nos anos de 1920, iniciou as atividades de jornalista produzindo muitos textos:

- Fundou e dirigiu o jornal A Semana, em Florianópolis, entre os anos de 1922 e 1927,
- Dirigiu o periódico Vida Ilhoa, na mesma cidade, 1930.

Suas crônicas disseminavam suas ideias, principalmente aquelas ligadas às questões da educação, aos desmandos políticos, à condição feminina e ao preconceito racial.

Na década de 1930, trocou correspondência com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), comprovadas por cartas entre ela e Bertha Lutz, guardadas atualmente no Arquivo Nacional. Berta foi uma ativista pelo direito do voto feminino, uma das fundadoras da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1918, representou as brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, em 1922, quando foi eleita Vice-Presidente da Sociedade Pan-Americana, e fundadora da FBPF.

Antonieta escreveu vários artigos para jornais locais e o livro *Farrapos de Idéias*, em 1937, com o pseudônimo de “Maria da Ilha”. Fez parte do Conselho Deliberativo da Associação Catarinense de Imprensa, a partir de 1938.

Em Florianópolis, lecionou na Escola Normal Catarinense (ensinava português e literatura, a partir de 1934), no Colégio Coração de Jesus e no Colégio Dias Velho, neste último foi Diretora, de 1937 a 1945. Foi professora da escola atualmente denominada Instituto Estadual de Educação, entre os anos de 1933 e 1951. No período de 1944 a 1951 foi a Diretora da mesma escola, nomeada por Nereu Ramos. Depois de atuar na direção, ela se aposentou aos 50 anos, mas continuou ensinando até o fim de sua vida.

“Educar é ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escaladas, possibilitando avançar, sem muletas e sem tropeços; é transportar às almas que o Senhor nos confiar, à força insuperável da Fé.”

Trecho do discurso proferido pela Deputada Antonieta de Barros na ocasião da promulgação da Lei de nº145 que instituiu o Dia do Professor, 1948.

Vida política

Foi a primeira Deputada Estadual negra do Brasil, a primeira Deputada mulher no Parlamento Catarinense e a primeira Representante Feminina Negra no Poder Legislativo na América Latina, conforme a biógrafa Jeruse Romão.

Na primeira eleição (1934) em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas para o Executivo e Legislativo, Antonieta concorreu para uma das vagas de deputada à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e ficou suplente do

Partido Liberal Catarinense (PLC). Como Leônidas Coelho de Souza não tomou posse, Antonieta foi convocada, assumiu o mandato à 1ª Legislatura (1935-1937), foi Constituinte em 1935 e Relatora dos capítulos de Educação e Cultura e Funcionalismo.

Em 19 de julho de 1937, presidiu a Sessão da Alesc, tornando-se a primeira mulher a assumir no Brasil a Presidência de uma Assembleia Legislativa, conforme jornal A Notícia, de 1937, ano em que iniciou o Estado Novo e os parlamentos de todo o país foram fechados até 1945.

Após a queda do Estado Novo e o início da redemocratização do país em 1945, outra vez disputou cargo de Deputada Estadual à Casa Legislativa Catarinense, agora pelo Partido Social Democrático (PSD), recebeu 2.092 votos, obteve a segunda suplência do partido, foi convocada, assumiu a vaga em junho de 1948, durante afastamento de José Boabaid, e integrou a 1ª Legislatura (1947-1951), novamente a única mulher no Parlamento Estadual.

É de sua autoria a lei que instituiu o dia do professor (15 de outubro) e o feriado escolar (Lei No 145, de 12 de outubro de 1948).

Depois de Antonieta, o primeiro negro a assumir o cargo de Deputado Estadual no Parlamento Catarinense Sandro Silva, do Partido Popular Socialista (PPS), em 2012, como suplente convocado.

Antonieta faleceu em 28 de março de 1952, em Florianópolis/SC, e foi sepultada no Cemitério São Francisco de Assis.

Fonte https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros

LUIZ GAMA

(1830–1882)

Um dos mais destacados intelectuais do século XIX, Luiz Gama é reconhecido como o Patrono da Abolição da Escravatura no Brasil.

Suas origens são obscuras e alguns pontos são relatados pelo próprio Gama. Ele nasceu em Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830, filho de um homem branco e rico com a quitandeira africana

livre “Luísa Mahin” que lutou nas revoltas dos malês (1835, levante de escravizados africanos em Salvador, Bahia) e na sabinada (1837-38, revolta em Salvador, Bahia). Perseguida por sua participação nas rebeliões, Luísa foi para o Rio de Janeiro, deixando o filho que, aos 10 anos, foi ilegalmente vendido como cativo, pelo pai, para pagar uma dívida de jogo.

Sendo levado para Lorena, interior de São Paulo, Gama permaneceu escravizado até os 18 anos, quando conquistou a liberdade. Frequentou o curso de direito mas não conseguiu concluí-lo. Atuando como rábula (pessoa que advoga sem ser formada em Direito) e senhor de invejável oratória, foi responsável pela libertação de mais de 500 pessoas em condição de cativo. Gama atuou em diversos jornais progressistas e também destacou-se como poeta. Sua dedicação à causa da liberdade pode ser resumida nas palavras do poeta Raul Pompéia, por ocasião de sua morte, em 24 de agosto de 1882, em São Paulo:



(...) não sei que grandeza admirava naquele advogado, a receber constantemente em casa um mundo de gente faminta de liberdade, uns escravos humildes, esfarrapados, implorando libertação, como quem pede esmola; outros mostrando as mãos inflamadas e sangrentas das pancadas que lhes dera um bárbaro senhor; outros... inúmeros. E Luís Gama os recebia a todos com a sua aspereza afável e atraente; e a todos satisfazia, praticando as mas angélicas ações, por entre uma saraivada de grossas pilhérias de velho sargento. Toda essa clientela miserável saía satisfeita, levando este uma consolação, aquele uma promessa, outro a liberdade, alguns um conselho fortificante. E Luís Gama fazia tudo: libertava, consolava, dava conselhos, demandava, sacrificava-se, lutava, exauria-se no próprio ardor, como uma candeia iluminando à custa da própria vida as trevas do desespero daquele povo de infelizes, sem auferir uma sobra de lucro... E, por essa filosofia, empenhava-se de corpo e alma, fazia-se matar pelo bom...Pobre, muito pobre, deixava para os outros tudo o que lhe vinha das mãos de algum cliente mais abastado.” (Raul Pompéia , Gazeta de Notícias, 10 de setembro de 1882)

PARA SABER MAIS:

Doutor Gama – Filme, 2021. Doutor Gama é um filme biográfico sobre a vida do escritor, advogado, jornalista e abolicionista Luiz Gama. <https://web.facebook.com/watch/?v=1434851730209770>

LIMA, Bruno Rodrigues de. Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

MARIA FIRMINA

(1825–1917)

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão, em 11 de outubro de 1825, “filha natural” da escrava alforriada Leonor Felippa dos Reis, tendo como avó a também escrava alforriada Engrácia Romana da Paixão e, como tio, o professor, gramático e filólogo Sotero dos Reis, pertencente ao ramo branco da família e com forte atuação nos círculos letrados da capital maranhense.



Em 1847, é aprovada em concurso público para a Cadeira de Instrução Primária na vila de São José de Guimarães, no município de Viamão, situado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos, conforme registram seus biógrafos Nascimento Morais Filho (1975) e Agenor Gomes (2022).

Segundo Morais Filho, ao se aposentar, no início da década de 1880, a autora funda, na localidade de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do Maranhão e uma das primeiras do país. O feito causou grande repercussão na época e por isso foi a professora obrigada a suspender as atividades depois de dois anos e meio.

A professora foi presença constante na imprensa local, publicando poesia, ficção, crônicas e até enigmas e charadas. Segundo Zahidé Muzart (2000, p. 264), “Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, tais como A Verdadeira

Marmota, Semanário Maranhense, O Domingo, O País, Pacotilha, O Federalista e outros”.

Além disso, teve participação relevante como cidadã e intelectual ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever, pesquisar e ensinar. Atuou como folclorista, na recolha e preservação de textos da cultura e da literatura oral e também como compositora, sendo responsável, inclusive, pela composição de um hino em louvor à abolição da escravatura.

Firmina é autora de *Úrsula*, publicado em 1859, mas com circulação somente a partir do ano seguinte. Livro revolucionário para o seu tempo, figura como o primeiro romance abolicionista de autoria feminina da língua portuguesa; e, possivelmente, o primeiro romance publicado por uma mulher negra em toda a América Latina. A narrativa aborda o problema do tráfico negreiro e do regime como um todo a partir do ponto de vista do sujeito escravizado e transformado em “mercadoria humana”. A autora traz para a nascente ficção brasileira a África como espaço de civilização e de liberdade. E denuncia os traficantes europeus como “bárbaros”, contrapondo-se desta forma ao pensamento hegeliano voltado para justificar a colonização escravista como empreendimento civilizatório. E bem antes do “Navio negreiro” de Castro Alves, denuncia os maus tratos a que eram submetidos os escravizados nos “túmbeiros”, verdadeiros túmulos para muitos que não resistiam.

Em 1861, a autora lança em formato de folhetim *Gupeva*, narrativa curta de temática indianista, publicada em capítulos na imprensa local, e com novas reedições ao longo da década de 1860.

Já seu volume de poemas *Cantos à beira-mar*, cuja primeira edição é de 1871, traz textos marcados por forte inquietação e por uma subjetividade feminina por

vezes melancólica diante da realidade oitocentista marcada pelos ditames do patriarcado escravocrata e também representada como problema perante a sensibilidade da autora.

Defensora da abolição, em 1887 publica na imprensa o conto “A escrava”, texto abolicionista empenhado em se inserir como peça retórica no debate então vivido no país em torno da abolição do regime servil.

Maria Firmina dos Reis faleceu aos noventa e dois anos, em 11 de novembro de 1917, pobre e cega, no município de Guimarães. Infelizmente, muitos dos documentos de seu arquivo pessoal se perderam e até o momento não se tem notícia de nenhuma foto sua daquela época. A propósito, circula na internet retrato da escritora gaúcha Maria Benedita Borman, pseudônimo “Délia”, como se fosse da autora maranhense. A imagem digital reproduzida nesta página foi elaborada a partir de retrato falado colhido por Nascimento Moraes Filho, biógrafo da autora.

A partir de 2017, por ocasião do centenário da morte de Firmina, seus livros vêm sendo relançados: *Úrsula*, já com cerca de trinta reedições, algumas trazendo em apêndice o conto “A Escrava”; *Gupeva*, em sexta edição; além de *Cantos à beira-mar*, volume de poemas novamente disponível em publicação da Academia Ludovicence de Letras, organizada pela pesquisadora Dilercy Aragão Adler.

Fonte: <http://www.letas.ufmg.br/literaforo/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>

ZUMBI DOS PALMARES

(1655–1695)

Zumbi dos Palmares foi um homem negro que nasceu livre em dos mocambos da comunidade de Palmares, na Serra da Barriga (território então pertencente à Província do Pernambuco e hoje a Alagoas), em 1655. Palmares foi o maior e mais longevo Quilombo do Brasil, resistindo por mais de cem anos, abrigando, principalmente, escravizados fugidos. Ao longo de sua existência, iniciada em princípios do século XVI, Palmares sofreu vários ataques, em um dos quais, um jovem morador foi capturado e doado a um padre, que o criou com esmerada educação e lhe deu o nome cristão de Francisco.



Aos 17 anos, Francisco fugiu e retornou a Palmares, adotando o nome de Zumbi – o Deus da Guerra. Em 1678 Zumbi assumiu a liderança do Quilombo de Palmares e continuou a resistência e a luta pela liberdade até 1695, quando seu esconderijo foi denunciado e ele assassinado, no dia 20 de novembro de 1695.

Nas últimas décadas, o dia 20 de novembro passou a ser considerado o dia da consciência negra ou dia em que se celebra a conscientização contra o racismo e sobre a história escravocrata no Brasil e, principalmente, a luta do povo negro contra

o racismo e sobre a história escravocrata no Brasil e, principalmente, a luta do povo negro contra a exploração, a opressão e a segregação. Vários municípios adotaram a data como feriado municipal. Em 2023 foi sancionada a Lei 14.759, tornando o dia 20 de novembro feriado nacional a partir de 2024.

PARA SABER MAIS:

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Zumbi dos Palmares. In: JANCSÓ, István (org). **Rebeldes Brasileiros: Homens e mulheres que desafiaram o poder**. São Paulo: Coleção Caros Amigos, 2003.

Filme: **Quilombo – 1984**. O filme retrata a história do Quilombo dos Palmares e dos principais líderes Ganga Zumba e Zumbi que lutaram pela liberdade e pela autonomia dos povos explorados no Brasil no período colonial. https://www.youtube.com/watch?v=WuR_bV6oxzU

ROZA CABINDA

Cabinda viveu na cidade de Juiz de Fora, no estado brasileiro de Minas Gerais. Cabinda tinha direito à liberdade desde a promulgação da Lei Rio Branco, em 1871, mas só obteve sua alforria em 2 de julho de 1873 depois de comprá-la em negociação envolvendo recurso judicial.



Roza Cabinda foi uma escrava do comendador Henrique Halfeld que viveu na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais:

- Tinha direito à liberdade desde a promulgação da Lei Rio Branco, em 1871;
- Em 1873, comprou sua alforria em negociação envolvendo recurso judicial;
- É considerada um símbolo de resistência e representa a força de seus ancestrais;
- Sua história é um convite à reflexão sobre o simbolismo de Sankofa, que nos leva a mirar o passado para ressignificar o presente;
- Em sua homenagem, foi criado o Largo Rosa Cabinda e uma medalha oferecida por organizações feministas de Juiz de Fora;
- A cidade de Juiz de Fora também inaugurou um viaduto em sua homenagem.

Roza Cabinda é um exemplo de resistência do povo preto em Juiz de Fora, que conseguiu conquistar sua liberdade na Justiça.

Nesta sexta-feira, 29 de setembro, a Presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil e Combate ao Trabalho Escravo Moderno da OAB Juiz de Fora, Carina Pollyana Augusta da Silva Dantas, participou da cerimônia de assinatura da lei, sancionada pela Prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, que homenageia Roza Cabinda, com o nome do novo viaduto no bairro Vitorino Braga, neste município.

Roza Cabinda foi a primeira escravizada em Juiz de Fora a entrar na Justiça para obter a sua liberdade. De acordo com a Comissão da OAB/JF, “entendemos a justa homenagem, fazendo uma releitura da história e valorizando a luta de Rosa Cabinda, sendo também a primeira mulher a receber a nomenclatura de viaduto”. “Roza que venceu na justiça e conquistou a liberdade, agora terá também seu nome eternizado em uma das obras mais importante da cidade”, completou Carina Dantas.

- Viaduto: Roza Cabinda – 2024;
- Largo Roza Cabinda – Vitorino Braga.

NEGRO THEOPHILO

(+ ou – 1844-1884)

Theophilo foi um homem preto e escravizado que em 1872 residia em uma pequena propriedade, na então freguesia de Vargem Grande (atual Belmiro Braga). Em 1872 Theophilo tinha 28 anos e estava casado com Lúcia, de 42 anos; o casal tinha um filho, Feliz, que contava 8 anos. Lúcia era mãe de mais dois jovens cativos, de uma relação anterior, Adão (15 anos) e Marcelino (19 anos).



Segundo relato de Antônio dos Santos Nazareth, filho de dona Francisca, a senhora de Theophilo, em 20 de janeiro de 1880, um domingo, ele e mãe foram à missa e deixaram a pequena escravaria sob os cuidados de Theóphilo, por eles considerado o “fiel da casa”. Aproveitando a oportunidade e, possivelmente colocando em prática um plano elaborado anteriormente, Theóphilo fugiu.

Quatro anos depois, em março de 1884, ele foi capturado em Porto Novo do Cunha (atual Além Paraíba) pelo mascate italiano Domingos Lamônica, que o conduziu à fazenda em Vargem Grande. Parte do caminho foi feito de trem e outra, o italiano foi montado a cavalo e o escravizado à pé, sob sol forte, com as mãos atadas.

Chegando à fazenda, Antônio Nazareth reuniu a escravaria em torno de um tronco e mandou o escravizado Marcelino, enteado de Theophilo, aplicar

“castigos exemplares”. Na manhã seguinte, Theophilo estava morto, segundo os médicos, por causa de congestão pulmonar motivada pelos castigos.

Antonio José dos Santos Nazareth (mandante) e Marcelino (executor) foram indiciados e condenados em primeira instância, apelaram e foram absolvidos, considerando o Juiz que:

“O réu cometeu o crime no exercício e prática de um ato lícito. Geralmente nas Fazendas os escravos são castigados e dos castigos aplicados não resulta morte (...) O caso é um acontecimento inesperado, que não era e não podia ser previsto ou acautelado. O castigo foi aplicado conforme o uso e costume geral com o instrumento próprio de que se servem no país, e que terá de servir enquanto houver escravidão, como meio de conter grande número de homens num trabalho forçado, sobrenatural e desumano, sem recompensa alguma disciplinar excepcional mas de algum modo necessário na situação do país, enquanto a lei o permitir.” (Arquivo Histórico de Juiz de Fora, processo de homicídio, 15 de julho de 1884).



Juiz de Fora
Prefeitura



Textos de
Elione Guimarães